



EPEPE
V ENCONTRO DE PESQUISA
EDUCACIONAL
EM PERNAMBUCO

Educação e Desenvolvimento
na Perspectiva do Direito à Educação

Eixo temático 3 - Currículo, Ensino, Aprendizagem e Avaliação.

O TRATAMENTO DA ANÁLISE LINGUÍSTICA EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA APROVADOS PELO PNLD/2014

Taíza Ferreira de S. Cavalcanti – CAA/UFPE

Alexsandro da Silva – CAA/UFPE

Resumo: O campo de estudos relacionados ao ensino da língua portuguesa tem apresentado perspectivas teóricas e metodológicas que buscam romper com atividades de características predominantemente transmissivas, propondo práticas que favoreçam a análise e reflexão sobre a língua. Ao reconhecermos a necessidade de investigar essas mudanças, objetivamos, nesse trabalho, analisar como as coleções de LDP aprovadas no PNLD/2014 tem tratado o eixo de ensino referente à análise linguística. Para tanto, nosso *corpus* de investigação consistiu nas resenhas das coleções apresentadas no Guia de Livros Didáticos daquele PNLD. Como procedimentos de produção de dados, utilizamos a análise documental, e, ao analisarmos os dados, utilizamos a análise de conteúdo. Os resultados nos permitiram visualizar que os LDP têm buscado aderir às novas perspectivas de ensino, porém a perspectiva tradicional esteja presente em algumas coleções, havendo também aquelas cujo tratamento dos conteúdos tanto incluía a reflexão quanto a transmissão.

Palavras-chaves: Ensino de língua portuguesa. Análise linguística. Livros didáticos de língua portuguesa.

Introdução

O campo de estudos relacionado ao ensino de língua portuguesa tem sido foco de intensos debates, os quais incidem, por exemplo, sobre os limites do ensino tradicional de gramática e a “nova” proposta de análise e reflexão sobre a língua.

Essa “nova” perspectiva demanda que, ao invés de aulas compartimentadas de leitura, produção e gramática, sejam propostas atividades que, além de articularem esses eixos de ensino, favoreçam a reflexão sistematizada sobre o uso dos recursos normativos e textuais da língua, possibilitando melhor compreensão e domínio do uso da linguagem em diversas situações comunicativas vivenciadas na escola e nos demais ambientes sociais.

Essa mudança fez emergir a necessidade de os documentos curriculares, professores e livros didáticos investirem em outras práticas de ensino, de modo que, ao invés de propor metodologias transmissivas, buscassem conduzir o estudo da língua por meio de um viés reflexivo.

No entanto, apesar dessa orientação ter sido muito difundida, as “antigas” metodologias e abordagens epistemológicas, por serem mais conhecidas, encontram-se arraigadas nas práticas de ensino de língua demonstradas por professores e coleções de livros didáticos de língua portuguesa (LDP), conforme apontam as pesquisas desenvolvidas por Aparício (2009), Morais e Silva (2009) e Silva (2012).

Diante disso, sentimo-nos mobilizados a investigar como o Guia de Livros Didáticos de língua portuguesa, apresentado pelo PNLD/2014, tem abordado os aspectos referentes ao ensino de AL, pois compreendemos que esse catálogo apresenta um panorama geral de como as obras didáticas estão se apropriando das atuais perspectivas de ensino, ao mesmo tempo em que orienta ao professor/a quanto a como avaliar e escolher o livro didático (LD). Por isso, consideramos que conhecer as informações constantes no Guia pode aprofundar nossos conhecimentos acerca de como os LDP têm incorporado as “novas” orientações.

Para tanto, ao abordarmos tópicos referentes ao ensino da análise linguística (AL) e sobre como o LDP tem tratado essa perspectiva, buscamos nos apoiar teoricamente nas discussões teóricas desenvolvidas por Mendonça (2006), Geraldi (1996), Neves (2009), Rangel (2005), Lerner (2004), entre outros. Logo depois, exporemos aspectos metodológicos, dados analisados e resultados obtidos.

Análise Linguística

O ensino de língua portuguesa, ao orientar-se pelo paradigma sociointeracionista, requer uma mudança nas metodologias de ensino em relação aos modelos tradicionais, e, em contraposição a esses, enfatiza a necessidade de práticas de análise linguística, nas quais o estudante desenvolva um conhecimento adequado acerca dos usos dos recursos linguísticos nas atividades de leitura, escrita ou oralidade. Esse encaminhamento é, portanto, distinto das práticas de exercício e memorização de regras que faziam com que os estudantes repugnassem o estudo da língua.

Sob essa ótica, Mendonça (1996, p. 204) observa que a

AL surge como alternativa complementar às práticas de leitura e produção de textos, dado que possibilitaria a reflexão consciente sobre os fenômenos gramaticais e textual-discursivos que perpassam os usos linguísticos, seja no momento de ler/escutar, de produzir textos ou de refletir sobre os mesmos usos da língua.

No entanto, enfatizamos que essa prática não pretende excluir o ensino da gramática, visto que a AL “inclui tanto o trabalho sobre questões tradicionais da gramática quanto questões amplas a propósito do texto” (GERALDI, 1996, p.74).

Todavia, é importante compreender que o ensino da gramática não pode ser visto com um fim em si mesmo, mas necessita realizar-se por meio de atividades que permitam reflexões acerca dos usos que constroem os sentidos do texto. E sobre isso convém considerar

a observação de Neves (2009, p. 85), que argumenta que “o tratamento da gramática num espaço escolar há de respeitar a natureza da linguagem, sempre ativada pela produção de sentidos”.

Seguindo esses princípios, AL consiste em tomar os aspectos normativos e textuais da língua como objetos de reflexão coerente e sistematizada, de forma que o estudante compreenda o uso de determinados recursos, seja ele referente à ortografia, concordância, regência, pontuação, coesão e coerência textual ou figura de linguagem, entre outros, que são indispensáveis para a construção e entendimento dos enunciados (MELO; SILVA, 2007; ANTUNES, 2009).

Nesse sentido, entendemos que o ensino de língua portuguesa, ao priorizar práticas de AL, está contribuindo para que o estudante possa desenvolver um conhecimento mais consistente sobre os aspectos normativos e discursivos da língua, de modo que, ao estudá-los ou empregá-los nas situações de leitura, escrita ou oralidade, os estudantes compreendam os seus usos. Salientamos ainda que tais práticas constituem uma ferramenta para o letramento dos estudantes, visto que elas podem favorecer o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, propiciando a formação do/a aluno/o enquanto leitor/a e escritor/a autônomo/a (MENDONÇA, 2006).

A partir dessas discussões, comungamos com o argumento defendido por Costa Val (2002, p. 118), ao dizer que “antes da conceituação e análise gramatical, os recursos linguísticos cujo emprego e compreensão se que ensinar devem ser motivo de utilização intencional, observação deliberada, reflexão pessoal e interessada, descoberta por parte dos alunos”.

Isto posto, compreendemos que, bem mais que uma outra concepção de ensino, a perspectiva da AL vem propor a efetivação de práticas que não restrinjam o estudo da língua à imitação de modelos previamente estabelecidos pelas gramáticas ou obras clássicas, mas, sim, a concebê-la como uma estrutura que está a serviço dos interlocutores. Por isso, suas normas ampliam, não restringem suas formas de uso, em função da intencionalidade que pretende expressar no contexto comunicativo. Em outros termos, compreendemos que o estudo das regras gramaticais precisa direcionar o estudante a compreender a língua como instrumento que irá expandir suas possibilidades de participação nos contextos sociocomunicativos.

Em face dessas considerações, pressupomos que aderir a essa perspectiva não tem sido simples para professores e LDP, pois, conforme a pesquisa desenvolvida por Silva (2012), que buscou analisar o depoimento de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental sobre o ensino de gramática/AL, as docentes participantes da pesquisa, mesmo demonstrando

tentativas de mudanças em suas práticas de ensino, não tinham se desvincilhado completamente das metodologias tradicionais.

Na mesma direção, em estudo desenvolvido por Moraes e Silva (2009), abordando o tratamento dado ao ensino de gramática ou AL em LDP que foram aprovados pelo PNLD 2007, observou-se que os LD têm buscado se apropriar das novas perspectivas de ensino de língua. No entanto, apontam que essa apropriação não é uma reprodução dos que é defendido pelos discursos acadêmicos e oficiais, uma vez que tradição e inovação encontram-se neles presentes.

Ao refletir sobre tais dados, entendemos que não é possível romper com determinadas tradições consolidadas nas culturas de ensino de um momento para outra, visto que essas, embora conceitualmente frágeis, estão ancoradas nos conjuntos de saberes que regem as práticas consolidadas na sala de aula, sendo, portanto, natural os professores vivenciarem gradativo processo de apropriação (não imposição) dos novos discursos. Esse processo será marcado pelas experiências profissionais e pré-profissionais dos professores, o que explicita o porquê de nem sempre as práticas de ensino corresponderem ao que está prescrito nos discursos hegemônicos.

O livro didático de língua portuguesa diante das práticas da análise linguística

Ao situarmos nossas discussões em questões relacionadas ao livro didático de língua portuguesa e ao ensino da análise linguística, abordaremos alguns tópicos referentes às inovações teóricas e metodológicas que o LDP tem sofrido em consequência das mudanças paradigmáticas que permearam o ensino de língua portuguesa, no percurso dos últimos trinta anos, como também observaremos os critérios que o PNLD definiu para analisar e avaliar o LDP em virtudes dessas transformações.

Conforme o exposto na seção anterior, compreendemos que as novas abordagens teóricas que permeiam o campo de estudos relacionados ao ensino de língua materna requerem que outras propostas de atividades sejam efetivadas nas práticas dos professores e atividades sugeridas pelos LDP.

No entanto, ao se referir ao modo como os LD estavam aderindo a essas mudanças, Marcuschi (2003) observou que a maioria dos LDP publicados até a década de 1990 não se preocupava em vincular o ensino da língua materna às situações de uso cotidiano. Para esse estudioso, os livros tratavam a língua como se fosse “desvinculada dos usuários, deslocada da realidade, semanticamente autônoma e a-histórica” (p.23).

Sob essa ótica, Albuquerque e Coutinho (2006) também constataram que, ainda nos anos 1990, existiam LPD que optavam por propostas didáticas que não se coadunavam às inovações que emergiam do campo da linguística, psicolinguística, sociolinguística, análise do discurso, entre outras.

Buscando reverter essa realidade e ao mesmo tempo disponibilizar livros didáticos de melhor qualidade, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que se tornou um instrumento de suma importância para a melhoria do LDP, definiu alguns critérios avaliativos que têm contribuído para a incorporação das novas orientações teóricas e metodológicas no LDP. Isso direcionou um novo tratamento didático para os objetos de ensino da língua portuguesa (BUNZEN, 2009).

Nesse sentido, Bunzen (2009) observa que, ao invés de valorizar abordagens transmissivas, propôs-se a adequação das atividades dos LDP às metodologias de caráter reflexivo e crítico, por considerar que essas são mais significativas para a formação de leitores e escritores proficientes do que “um trabalho dedicado essencialmente à nomenclatura e à categorização de palavras e estruturas sintáticas descontextualizadas, distantes dos usos da língua escrita e falada dos textos que circulam na sociedade” (p.93).

Diante dos critérios avaliativos definidos pelo PNLD, os autores dos LDP tiveram que adequar o tratamento didático dos conteúdos aos critérios estabelecidos, que objetivam, entre outros aspectos, que os estudantes ampliassem as habilidades de uso da língua nos diversos contextos interativos, bem como aperfeiçoassem suas habilidades de leitura e escrita.

Ao considerarmos tais pressupostos, cabe salientar a necessidade de o professor analisar esses aspectos no momento da escolha do LDP, para que, assim, possa avaliar quais são os manuais mais adequados à sua prática, como também aos requisitos apontados a seguir, que são mencionados por Rangel (2005, p.19):

- Oferece ao aluno textos diversificados e heterogêneos, do ponto de vista do gênero e do tipo de texto, de tal forma que a coletânea seja o mais possível representativa do mundo da escrita;
- Prevê atividades de leitura capazes de desenvolver no aprendiz as competências leitoras implicadas no grau de proficiência que se pretende aprender levá-lo a atingir;
- Ensina a produzir textos, por meio de propostas que contemplam tanto os aspectos envolvidos nas condições de produção, quanto os procedimentos e estruturas próprias da textualização;
- Mobiliza corretamente a língua oral, quer para o desenvolvimento da capacidade de falar/ouvir, quer para a exploração das muitas interfaces entre oralidade e escrita;

- Desenvolve os conhecimentos linguísticos de forma articulada com as demais atividades.

Destacamos que, ao observar tais critérios, o LDP necessita privilegiar tanto o tratamento dos aspectos da textualidade, observando a coesão e coerência textual, suporte, finalidade, linguagem própria de cada gênero textual, como também o ensino dos aspectos normativos da língua e recursos linguísticos, que são usados para produzir e para compreender cada texto que se faz presente nas esferas sociais. Em relação a esse aspecto, Lerner (2004, p.133) destaca o seguinte:

Hoje, sabemos que não é suficiente organizar situações de aprendizagem nas quais os alunos enfrentam diferentes problemas; sabemos que não é suficiente – no caso específico do ensino de língua – exercer as práticas de leitura e escrita. Além disso, é necessário refletir sobre o que se faz, ir conceituando de maneira explícita os conhecimentos linguísticos e discursivos que estão em prática, enquanto se lê ou escreve, e sistematizar os conhecimentos que vão sendo explicados; é necessário que o professor convalide os conceitos que se aproximam dos saberes socialmente válidos.

Diante disso, percebemos a necessidade dos LDP apresentarem sugestões de atividades que contribuam efetivamente para a consolidação dessas práticas, de modo que, ao tratarem os conteúdos curriculares, direcionem cada estudante a compreender onde, como e por que utilizar cada recurso linguístico, o que requer o desenvolvimento de atividades cujo foco seja a reflexão coerente e sistematizada sobre a língua.

Para compreendermos como essas metodologias têm sido apropriadas pelos LDP recorremos à pesquisa de Aparício (2009), que teve como objetivo desenvolver uma análise descritiva sobre como as propostas de inovação para o ensino de gramática estão sendo incorporadas por uma coleção de LDP. Para tal propósito, foi analisada a coleção “Tecendo Textos - Ensino de Língua Portuguesa através de projetos” recomendada e avaliada pelo PNLD/2002. Essa autora observou que, em geral, na coleção analisada, havia mais ênfase no desenvolvimento de atividades de leitura, e que as atividades de produção textual representavam somente quase metade das atividades dedicadas à leitura. Já as atividades de ensino da análise linguística apareciam em número pouco menor que as propostas de produção de textos.

Na pesquisa supracitada, emergiu uma questão a respeito do ensino da análise linguística que merece ser destacada: a coleção analisada promovia tanto atividades de análise e reflexão sobre a língua, quanto abordava os conteúdos de acordo com os modelos

tradicionais do ensino de língua. Para Aparício (2009), a utilização das duas abordagens pode representar uma tentativa de “atender a duas expectativas do professor (do editor, do próprio aluno e da sociedade): a de um ensino inovador e produtivo de gramática e da não exclusão, na escola, do ensino de gramática tradicional” (p.87).

Outro estudo mais recente, desenvolvido por Cavalcanti (2013), objetivou analisar, através de análise documental, como as atividades de análise linguística em livros didáticos de língua portuguesa contribuíam para apropriação dos gêneros textuais escritos. Sob essa ótica, foram analisadas duas coleções de LDP aprovadas no PNLD/2011 e que foram adotadas nas cidades de Caruaru-PE e Tupanatinga- PE no PNLD/2011. Os resultados dessa pesquisa evidenciaram que as coleções analisadas apresentavam um material diversificado para o desenvolvimento do trabalho com os gêneros textuais, porém cada uma das coleções desenvolveu o trabalho de modo específico.

Diante dos dados apresentados nessa pesquisa, percebemos que as coleções de LDP analisadas buscavam inovar no trabalho com os gêneros textuais, como, também, apresentavam atividades que articulavam o tratamento da análise linguística com o dos gêneros textuais, embora uma das coleções apresentasse atividades reflexivas com uma frequência menor que a outra. Isso nos mostra uma tentativa de mudança em relação à didatização dos objetos de ensino da língua materna.

Ao observarmos os dados apontados nessas pesquisas percebemos que os LDP analisados apresentaram mudanças significativas em relação ao ensino dos eixos didáticos da língua portuguesa. Os livros investigados nesses trabalhos apresentavam uma postura diferenciada no tratamento dos eixos de ensino ao oferecer atividades que envolviam a leitura e produção de gêneros textuais, embora as atividades de gramática/AL ora tendessem à reflexão, ora à identificação e à classificação.

Isso nos faz pressupor que os LDP não adotam os modelos acadêmicos imediatamente a partir do momento que são validados no campo teórico e nas práticas curriculares, mas, gradativamente, buscam se apropriar das novas perspectivas, antes de apresentarem – caso venham apresentar - propostas que realmente contemplem as mudanças mais radicais. Em nossa compreensão, isso pode representar um processo de adaptação às inovações. Nessa mesma direção, Morais e Silva (2009) argumentam que as atividades propostas nos LDP não representam uma transposição didática direta dos discursos acadêmicos, “mas uma espécie de “acomodação” dos discursos inovadores aos antigos modos de ensinar gramática” (p. 17).

Ao refletir sobre esse movimento e sobre como os LDP têm se apropriado das mudanças teóricas relacionadas ao ensino da AL, buscamos investigar o tratamento dado à

análise linguística nas coleções de LDP aprovadas pelo PNLD/2014, por meio da análise das resenhas contidas no Guia do Livro Didático.

Metodologia

Ao realizarmos esse estudo, utilizamos a análise documental, que, segundo Laville e Dione (1999), possibilita que o pesquisador reúna, descreva e transcreva as informações contidas num documento, de modo que possa selecionar aquelas que interessam ao estudo proposto. Para análise de dados, utilizamos a análise de conteúdo, “abordagem que tem por finalidade efetuar deduções lógicas e justificativas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração” (BARDIN, 2011, p.48).

Para realizarmos o levantamento dos dados, elegemos como *corpus* da nossa investigação o Guia do PNLD/2014, visto que esse catálogo apresenta informações importantes acerca de como as coleções didáticas tem abordado o tratamento dos conhecimentos linguísticos. Em face das informações apresentadas no Guia, direcionamos nosso olhar para a seção que apresenta as resenhas das coleções aprovadas no PNLD/2014, na qual analisamos as informações que diziam respeito, especificamente, ao tratamento dado ao eixo da análise linguística, que, no guia, está nomeada por “conhecimentos linguísticos”. Desse modo, analisamos as resenhas das seguintes coleções:

- **A Aventura da Linguagem** (Luis Carlos Travaglia, Maura Alves de Freitas Rocha, Vania Maria B. A. Fernandes);
- **Jornadas Port – Língua Portuguesa** (Dileta Antonieta Delmanto, Franklin de Matos, Laiz Barbosa de Carvalho);
- **Tecendo Linguagens** (Tania Amaral Oliveira, Elizabeth Gavioli de Oliveira Silva, Cícero de Oliveira Silva, Lucy Aparecida Melo Araújo);
- **Para Viver Juntos** (Greta Marchetti, Cibele Lopresti Costa, Jairo J. Batista Soares, Márcia Takeuchi);
- **Coleção Perspectiva: língua portuguesa** (Norma Discini, Lúcia Teixeira);
- **Português Linguagens** (Thereza Anália Cochar Magalhães, William Roberto Cereja);
- **Português Nos Dias de Hoje** (Carlos Emílio Faraco, Francisco Marto de Moura);
- **Português: uma língua brasileira** (Regina Figueiredo Horta, Lígia Menna, Graça Proença);

- **Projeto Teláris – Português** (Vera Lúcia de Carvalho Marchezi, Terezinha Costa Bertin, Ana Maria Trinconi Borgatto);
- **Singular & Plural – Leitura Produção e Linguagem** (Laura de Figueiredo, Marisa Balthasar, Shirley Goulart);
- **Universos Língua Portuguesa** (Rogério de Araújo Ramos, Márcia Takeuchi);
- **Vontade de Saber Português** (Tatiane Brugnerotto, Rosemeire Alves).

Antes de apresentarmos nossa análise sobre os dados, é importante destacar que, no Guia, a seção que versa sobre as resenhas das coleções está dividida em quatro tópicos, os quais abordam os seguintes tópicos: a) Visão geral; b) Descrição da coleção; c) Análise da obra; d) Em sala de aula.

Ao analisarmos os tópicos apresentados, examinamos as informações referentes à abordagem metodológica que predominava em cada coleção ao desenvolver o trabalho sobre a AL. Nesse sentido, ao identificarmos a abordagem desenvolvida, agrupamos as coleções em categorias distintas, o que não implica dizer que essas categorias são totalmente excludentes, uma vez que categorizamos as coleções considerando a abordagem predominante, o que não excluiu, portanto, totalmente as outras.

Análise e discussão dos resultados

Ao realizarmos a análise sobre as resenhas coleções de LDP dos anos finais do ensino fundamental, apresentadas no PNLD/2014, identificamos as seguintes categorias referentes à abordagem metodológica adotada: a) coleções cujo tratamento dos conteúdos converge, predominantemente, para as tendências tradicionais de ensino; b) coleções nas quais predominam o tratamento dos conteúdos pelo viés reflexivo; c) coleções que apresentam um tratamento híbrido, ora adotando uma postura tradicional, ora optando pela reflexão.

Quadro 1 - Distribuição das coleções de LPD conforme a abordagem utilizada ao tratar o eixo da AL.

Abordagem	Coleções de LDP	
	Frequência	Percentual
Predominância das tendências tradicionais	4	33,3%
Predominância do tratamento reflexivo	5	41,6%

Tratamento híbrido – reflexão e tradição	3	25%
Total	12	100%

Ao refletirmos sobre esses dados, podemos observar que, embora na maior parte das coleções de LDP predomine um tratamento reflexivo da AL (41,5%), há um quantitativo significativo de obras que adotam a perspectiva tradicional (33,35%). Isso aponta que, apesar das discussões acadêmicas apresentarem as fragilidades dessa perspectiva, ela ainda está presente de maneira intensa nas propostas de ensino de língua materna contidas nos livros didáticos analisados e aprovados pelo PNLD.

Nesse sentido, pressupomos que essa intensidade deve-se ao fato de que a abordagem tradicional orientou o ensino de língua portuguesa durante muito tempo, o que pode sugerir que essa abordagem seria mais segura para promover o aprendizado sobre a língua. Por isso, não seria tão simples investir em outra orientação de ensino de uma hora para outra, mesmo que essa demostre ser mais apropriada, do ponto de vista teórico, pois antes se faz necessário um processo de reflexão e apropriação gradativa sobre as novas perspectivas.

No entanto, ao consideramos o quantitativo de coleções em que predominam atividades de cunho reflexivo, percebemos uma mudança significativa em relação à adesão às novas perspectivas de ensino. Isso, no entanto, não significa uma simples transposição das discussões acadêmicas, mas demonstra que a prática da AL parece estar se firmando nos livros didáticos, o que pode estar contribuindo para que os estudantes desenvolvam um conhecimento mais eficaz sobre o uso e o funcionamento da linguagem.

Nessa direção, quando consideramos as coleções que apresentam uma abordagem híbrida (25%) – que tanto se orientam para a reflexão quanto para as práticas tradicionais –, pressupomos que esse tratamento duplo dos conteúdos indica um processo de transição entre novas e antigas abordagens de ensino de língua. Na realidade, os dados demonstram que, nos livros analisados, há certo equilíbrio entre três abordagens identificadas, com predominância da abordagem reflexiva.

Desse modo, observamos que as novas abordagens de ensino estão sendo difundidas nos livros didáticos. Ao compararmos esses dados aos apresentados na pesquisa desenvolvida por Cavalcanti (2012), na qual analisou as resenhas das coleções de LDP apresentadas no Guia do PNLD/2011, percebemos uma mudança: no estudo realizado por essa autora, verificou-se que em 37,5% das coleções predominava um tratamento transmissivo dos conteúdos e em apenas 25% era predominante uma abordagem reflexiva. A autora

também constatou que 37,5% das coleções optavam pela mescla de abordagens, conciliando reflexão e transmissão. Desse modo, percebemos que ocorreram mudanças em relação ao tratamento didático da AL no LDP.

A seguir, discutiremos mais detalhadamente cada uma das categorias identificadas na análise das resenhas.

- **Predominância do tratamento reflexivo**

Entre as coleções identificadas nessa categoria, percebemos uma forte tendência em desenvolver atividades que promovem a análise e reflexão sobre a língua, que, nesse caso, ao invés de apresentar conceituações pré-estabelecidas, induzem o estudante a observar os fatos linguísticos, analisando-os conforme a situação de uso, e, favorecendo a sistematização dos conhecimentos sobre os aspectos normativos e textuais da língua, como podemos observar na análise, respectivamente, das coleções “Universos: língua portuguesa” e “Perspectiva: língua portuguesa”:

As atividades seguem uma metodologia indutiva e reflexiva, pois solicitam ao aluno a observação e a análise dos recursos e/ou categorias da língua. (BRASIL, 2013, p. 110).

Procura levar o aluno a refletir sobre aspectos da língua relevantes tanto para o desenvolvimento da proficiência em leitura e produção de textos quanto para a capacidade de análise de fenômenos linguísticos e discursivos. (p. 80-81).

Nesse sentido, ressaltamos que as atividades propiciam ao estudante um conhecimento mais produtivo sobre os tópicos referentes à concordância, pontuação, coesão, coerência, semântica, entre outros, que são indispensáveis para a compreensão do funcionamento dos enunciados, bem como para o melhor desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

- **Predominância de tendências tradicionais**

As coleções nas quais predominavam atividades pautadas nas práticas tradicionais de ensino apresentavam, geralmente, dificuldades em promover articulação entre os eixos da leitura, escrita e AL. Por isso, ao sugerir as atividades, por vezes, insistiam em práticas fragmentadas de ensino, nas quais leitura, escrita e AL eram compreendidas como conhecimentos distintos, conforme demonstra, por exemplo, a análise da coleção Português:

uma língua brasileira: “O trabalho com os conhecimentos linguísticos é pouco articulado com os demais eixos” (BRASIL, 2013, p. 96).

Quanto ao tratamento dos conteúdos, foi observado que as atividades privilegiaram, na maioria das vezes, o estudo dos conceitos dos termos morfossintáticos, parecendo objetivar a fixação deles como princípio para o aprendizado da norma linguística de maior prestígio, conforme podemos visualizar na análise da coleção: Tecendo Linguagens “No tratamento dos conhecimentos linguísticos, predominam atividades que levam à construção dos conceitos gramaticais, e o recurso frequente a nomenclatura” (p.70).

No entanto, é importante ressaltar que, apesar de apresentar tais características, as coleções que se identificaram nessa categoria, por vezes, apresentavam boa qualidade do material textual, e as atividades desenvolvidas por meio desse material tendiam ao favorecimento da reflexão no tratamento dos aspectos referentes à textualidade.

- **Tratamento Híbrido**

As coleções que se agruparam nessa categoria apresentaram uma duplicidade de abordagem ao tratar os conteúdos, de modo que as atividades propostas não se caracterizaram como puramente transmissivas, nem reflexivas, mas ora tendiam para a reflexão, ora privilegiavam a transmissão.

Desse modo, as resenhas das coleções indicaram que elas têm buscado investir na adesão de novas perspectivas, no entanto não excluem as práticas tradicionais de ensino, e, nesse caso, tentam conciliar o tratamento de ambas as abordagens, como podemos visualizar na análise da coleção “A Aventura da Linguagem”: “Verifica-se que a coleção ora opta por uma explicação que parece bastar-se por si mesma, ora se volta para a reflexão sobre as estratégias com que os conceitos são propostos” (BRASIL, 2013, p.62).

Diante das informações expostas, compreendemos que o tratamento do ensino da AL ou conhecimentos linguísticos, segue, nessa abordagem, perfil semelhante ao apontado nas pesquisas de Moraes e Silva (2011) e Aparício (2009), ou seja, ora os LDP apresentavam ora uma postura reflexiva, ora um tratamento mais aproximado das abordagens tradicionais do ensino de língua.

Considerações finais

A análise dos dados permitiu reconhecer, no que se refere à AL, que, embora existissem coleções que optavam pelo tratamento transmissivo dos conteúdos, havia outras que apresentam indícios de mudança, uma vez que, ao invés de apresentarem conceitos prontos e exemplificações descontextualizadas das situações de uso da língua, propiciavam aos estudantes a análise e reflexão sobre a língua.

Sob esse aspecto, é relevante mencionar também aquelas coleções que ora tratavam os conhecimentos através do viés tradicional, ora pelo viés reflexivo, o que nos permite perceber que os livros didáticos têm sugerido atividades que mesclam as abordagens teóricas, ou seja, mesmo buscando aderir às inovações, não eliminaram totalmente a abordagem transmissiva ao tratarem os conteúdos.

Desse modo, a leitura desses dados nos faz perceber que os LDP têm buscado, sim, inovar, embora essa inovação não tenha atendido integralmente ao que está sendo proposto pelos especialistas e documentos normatizadores do ensino. Isso nos permite perceber o caminho que determinadas discussões acadêmicas percorrem até chegarem aos livros didáticos e às salas de aula.

E nesse sentido enfatizamos que se faz necessário uma reflexão acerca das atividades que estão sendo propostas pelos LDP, de modo que autores, professores, pesquisadores e avaliadores reflitam sobre a pertinência das atividades que estão sendo sugeridas. Pressupomos que essa reflexão pode favorecer o desenvolvimento de atividades que contribuam para efetivação de práticas mais exitosas de ensino e aprendizagem acerca do uso dos recursos normativos e textuais oferecidos pela língua.

Referências

ALBUQUERQUE, E. B. C. de; COUTINHO, M. L. Atividades de Leitura nos Livros Didáticos de Língua Portuguesa. In: BARBOSA, M. L. F. de F. SOUZA, I. P. de.(Orgs) **Práticas de Leitura e Escrita no Ensino Fundamental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ANTUNES, Irandé, **Língua Texto e Ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

APARÍCIO, Ana S. M. A Análise Linguística no Livro Didático: contribuições para melhor compreensão do trabalho realizado em sala de aula por professores que estão buscando inovar sua prática de ensino de gramática. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 38 (2), pp. 75-88, maio-agos., 2009.

BARDIN, L. **Análise do Conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2011.

BRASIL, Guia de Livros Didáticos PNLD 2014: Língua Portuguesa : ensino fundamental: anos finais. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013.

BUZEN, Clécio. Conhecimentos Linguísticos na Escola: Como Livros Didáticos Vêm Caminhando Nesse Terreno Nebuloso? In: **Alfabetização e Língua Portuguesa: livros didáticos e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, Ceale/FaE/UFMG, 2009. (Col. Linguagem e Educação).

_____, Reapresentação de objetos de ensino em livros didáticos de língua portuguesa: um estudo exploratório. In: SIGNORINI Inês. (Org.). **Significados da Inovação no ensino de Língua Portuguesa e na Formação de Professores**. 1ed. Campinas: Mercado de Letras, 2007, v. 01, p. 79-108.

CAVALCANTI, K. S. B. A Prática de Análise Linguística Como Ferramenta Para o Ensino dos Gêneros Textuais Escritos no Livro Didático de Língua Portuguesa. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Caruaru, 2013.

_____. Análise Linguística e Livro Didático de Língua Portuguesa: uma análise a partir das resenhas do guia do livro didático - PNLD/2011. IV Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco. Caruaru, 2012. Disponível em: http://www.epepe.com.br/EPEPE2012_IV/Trabalhos/03/C-03/C3-221.pdf, acesso em 30 de maio de 2014.

GERALDI, J. W. Unidades Básicas do Ensino de Português. In Geraldi, J. W. (org). **O Texto em Sala de Aula e Ensino de Português**. São Paulo: Ática: 2006.

LERNER, Délia. O Livro Didático E A Transformação do Ensino da Língua. In: BATISTA, A.A.G. VAL, M. G. C. **Livros de Alfabetização e de Português: os professores e suas escolhas**. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2004.

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARCUSCHI, L. A. Oralidade e Ensino de Língua: uma Questão Pouco “Falada”. In: DIONÍSIO, A. P. BEZERRA, M. A. (Orgs.) **O Livro Didático de Português: Múltiplos Olhares**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MELO, Kátia L. R. SILVA. A. Planejando o Ensino da Produção de Textos Escritos na Escola. In: LEAL, T. F. BRANDÃO, A. C. P. **Produção de Textos na Escola: reflexões e práticas no ensino fundamental**. 1 ed., 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MENDONÇA, M. R. S. Análise Linguística no ensino médio: um novo olhar, outro **objeto**. In: BUNZEN, M.; MENDONÇA, C. (Orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006.

NEVES, M. H. M, **Que Gramática Ensinar na Escola? Norma e uso na Língua Portuguesa.** São Paulo: Contexto, 2009.

RANGEL, Egon. Livro Didático de Língua Portuguesa: o retorno do recalcado. In: DIONÍSIO, A. P. BEZERRA, M. A. (Orgs.) **O Livro Didático de Português: Múltiplos Olhares.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna 2005.

SILVA, A. **Ensino de Gramática/Análise Linguística: Uma análise de depoimentos de professores dos anos iniciais do ensino fundamental.** Anais da 35ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu: ANPED. 2012.

SOUZA, S. **Entre o Ensino da Gramática e as Práticas de Análise linguística: O que Pensam e fazem os Professores do Ensino Fundamental.** Recife 2010. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado na Universidade Federal de Pernambuco 2010.